

Novo retrato da agricultura familiar em Santa Catarina

Lauro Mattei

Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação do Departamento de Economia da UFSC. E-mail: mattei@cse.ufsc.br

Resumo

Este artigo faz uma análise inicial de parte das informações do Censo Agropecuário de 2006 divulgadas recentemente pelo IBGE. A preocupação central é apresentar alguns dos principais indicadores do sistema familiar de produção, comparativamente à agricultura não familiar. Para tanto, utilizou-se dados referentes ao percentual de estabelecimentos agropecuários e área de cada tipo de agricultura, bem como informações relativas à condição do produtor, ao pessoal ocupado e à receita agropecuária total. A conclusão geral é que em todos esses indicadores a agricultura familiar apresentou um desempenho extraordinário, revelando que seu potencial produtivo é o maior responsável pela dinamização do setor agropecuário catarinense.

Palavras-chave: Santa Catarina, agricultura familiar, agricultura patronal

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990 a agricultura familiar ganhou legitimidade social, econômica e política no Brasil. Para isso, foram decisivas as contribuições de diversos atores sociais, especialmente dos movimentos de agricultores familiares que se organizaram local e regionalmente, dos órgãos governamentais e de determinados setores do “mundo acadêmico” que trabalham com os temas da agricultura e das ruralidades contemporâneas.

Estudos realizados no âmbito do Projeto de Cooperação Técnica FAO/INCRA na segunda metade dos anos 1990 possibilitaram uma melhor compreensão da lógica e dinâmica das unidades familiares de produção, assim como dos sistemas produtivos adotados por essas unidades nas diversas regiões do país. Com isso, verificou-se que a agricultura brasileira apresenta uma grande diversidade regional, tanto em termos das formas de ocupação das terras como dos sistemas produção e suas inserções nos mercados regionais, nacional e internacional.

No entanto, esta diversidade até bem recentemente não era captada pelas informações oficiais, especialmente pelo Censo Agropecuário, uma vez que não se separavam as informações relativas à agricultura familiar especificamente. Somente a partir do último Censo Agropecuário, realizado em 2006 e divulgado em 2009, é possível organizar as informações estatísticas considerando-se as duas principais categorias socioeconômicas presentes no meio rural: a agricultura patronal e a agricultura de base familiar.

Neste sentido, o objetivo deste artigo é apresentar a nova realidade da agricultura familiar no contexto do setor agropecuário catarinense, tomando-se como referência as últimas informações oficiais disponibilizadas pelo IBGE. Para tanto, além desta breve introdução, o texto está organizado em três seções. A primeira delas apresenta algumas considerações metodológicas sobre o último Censo Agropecuário. A segunda seção discute as principais informações disponíveis para o estado de Santa Catarina, ressaltando o papel da agricultura familiar no contexto produtivo rural. Finalmente, a terceira seção apresenta as considerações finais, destacando-se as perspectivas do setor agropecuário familiar catarinense no cenário econômico estadual.

1 – ASPECTOS METODOLÓGICOS REFERENTES AO CENSO AGROPECUÁRIO DE 2006

O uso das informações estatísticas sobre o setor agropecuário brasileiro divulgadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2009 deve ter certa cautela, considerando-se que algumas mudanças metodológicas contidas no último Censo Agropecuário tornaram incomparáveis parte dessas informações com os censos anteriores.

A principal alteração diz respeito ao período de coleta das informações. Até 1985 esses Censos eram realizados a cada cinco anos, sendo que a data referencial de todas as informações era o último dia do ano civil, ou seja, 31 de dezembro. Em 1990 não foi realizado o Censo e o setor rural ficou um longo período sem ter as informações estruturais e conjunturais atualizadas.

Um novo Censo Agropecuário foi realizado somente em 1995/1996. Neste caso, verifica-se que a coleta de informações obedeceu a duas datas-base: os dados relativos à propriedade fundiária, número de estabelecimentos, condição do produtor, área total e pessoal ocupado contemplam o ano civil, ou seja, dizem respeito ao período até 31 de

dezembro de 1995. Já as informações relativas às lavouras temporárias e permanentes (investimentos, financiamentos, despesas, produção e receitas), ao setor pecuário e ao setor florestal obedeceram ao ano agrícola, ou seja, contemplam o período entre 01 de agosto de 1995 e 31 de julho de 1996. Com isso, nem todas as informações deste período são comparáveis com as últimas informações divulgadas pelo IBGE em 2009.

A grande novidade do Censo de 2006 é que foram disponibilizadas informações estatísticas que atendem aos preceitos da Lei da Agricultura Familiar (Lei 11.326/2006). Com isso, é possível analisar o papel específico da agricultura familiar no contexto da produção agropecuária do país.

Pela Lei 11.326 (24.07.2006), considera-se agricultor familiar aquele que pratica atividades no meio rural atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I- Deter área não superior a quatro módulos fiscais;
- II- Utilizar predominantemente mão-de-obra familiar na execução das atividades agropecuárias;
- III- Ter renda familiar predominantemente do estabelecimento agropecuário;
- IV- Dirigir o estabelecimento contando com a participação da família.

Segundo o documento “Nota Técnica” (IBGE,2009), foram necessários diversos procedimentos metodológicos, especialmente o uso do método de exclusões sucessivas e complementares, no sentido de atender, simultaneamente, todas as definições conceituais de Agricultura Familiar.

Convém alertar, ainda, que a unidade de referência do censo continua sendo o estabelecimento agropecuário, enquanto o conceito de Agricultura Familiar diz respeito às unidades familiares. Como existem famílias com mais de um estabelecimento, o Censo de 2006 pode não ser totalmente correto em relação à dimensão da agricultura familiar, por ter considerado cada estabelecimento como uma unidade familiar.

Por fim, registre-se que paralelamente ao Censo foi criado o Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos com informações detalhadas de todos os estabelecimentos agropecuários do país. Com o cadastro georeferenciado o IBGE poderá fazer pesquisas amostrais sobre determinados temas afeitos ao setor agropecuário visando atualizá-los e evitando, com isso, ausência de informações em intervalos de tempo longos.

2 – A DIMENSÃO ATUAL DA AGRICULTURA FAMILIAR NO ESTADO DE SANTA CATARINA

Entre a data de realização do penúltimo censo (1995-96) e o último (2006) ocorreram grandes alterações no cenário agropecuário do país. Em grande medida, essas mudanças estão conectadas ao conjunto de transformações que ocorreu na economia brasileira, destacando-se a abertura comercial, a liberalização dos mercados e a estabilidade macroeconômica do país.

Este processo remodelou o setor agropecuário, destinando-lhe novas funções. Por um lado, passou a ser mais expressiva a participação das commodities agropecuárias no conjunto das exportações do país (agricultura empresarial), ao mesmo tempo a produção agrícola para o mercado interno sofreu fortes impulsos. Este segundo aspecto provocou impactos diretos sobre o sistema familiar de produção, colocando-o em um patamar que já não era mais possível de ser captado apenas através de instrumentos específicos (sistema de crédito e preços mínimos) e da política de fomento do setor (PRONAF).

É neste contexto de mudanças que ganha relevância as novas informações específicas sobre a agricultura familiar, as quais dão uma dimensão mais exata do peso deste setor no conjunto da agropecuária do país e de suas respectivas unidades da federação. São alguns desses aspectos que serão comentados na sequência desta seção.

2.1 – Sobre os estabelecimentos agropecuários

A tabela 1 apresenta as informações referentes ao número de estabelecimentos e à área total, de acordo com os distintos tipos de agricultura praticados no estado de Santa Catarina no ano de 2006, confirmando-se, mais uma vez, o expressivo peso da categoria de agricultores familiares. Assim, do total de estabelecimentos existentes no ano do censo (193.663), mais de 168 mil foram classificados como estabelecimentos com predomínio total da agricultura familiar, atingindo 87% do total. Este valor faz de SC uma das unidades da federação com os maiores percentuais de agricultores familiares do país.

Tabela 1: Número de estabelecimentos agropecuários e área, segundo os diferentes tipos de agricultura. SC, 2006.

Tipos de Agricultura	Estabelecimentos Agropecuários		Área Total (ha)	
	Número	%	Número	%
Familiar	168.544	87	2.645.088	44
Não Familiar	25.119	13	3.395.047	56
TOTAL	193.663	100	6.040.134	100

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006.

Em termos da área total, observa-se que esta maioria absoluta de estabelecimentos familiares detém apenas 44% da área total, enquanto os estabelecimentos não familiares, representando 13% do total dos estabelecimentos detinham 56% da área. Este fato nos indica a persistência da desigualdade de distribuição da posse de terra no meio rural catarinense.

Mesmo figurando entre os estados com as menores taxas de concentração de terra do país, o último censo mostrou que o Índice de Gini¹ de Santa Catarina se manteve em patamares elevados (0.682) e sem grandes oscilações em relação aos censos anteriores, demonstrando existir possibilidades concretas para a implantação de programas de reforma agrária.

2.2 – Sobre a condição dos produtores nos estabelecimentos agropecuários

A tabela 2 mostra a condição do produtor em relação à propriedade da terra no âmbito dos estabelecimentos agropecuários por tipos de agricultura. Inicialmente observa-se que a categoria dos proprietários é amplamente majoritária, respondendo por aproximadamente 88% do total dos estabelecimentos e detendo mais de 95% da área total. Considerando-se os distintos tipos de agricultura, nota-se que os estabelecimentos classificados como familiares respondiam por mais de 86% da categoria de proprietários e por mais de 76% do total dos estabelecimentos agropecuários do estado.

¹ - Esse índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de zero, mais igual é a distribuição da posse da terra.

Tabela 2: Condição do produtor em relação à propriedade da terra por tipos de agricultura, segundo o número de estabelecimentos e a área total. SC, 2006

Tipos Agric.	Proprietários		Parceiros		Arrendatários		Ocupantes		Outros*	
	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área	Estab.	Área
Familiar	148.277	2.473	6.134	62	1.884	18	5.982	59	6.267	59
N.Familiar	22.631	3.271	951	72	267	17	764	30	506	5
TOTAL	170.908	5.745	7.085	134	2.251	35	6.746	89	6.773	38

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE). Notas: 1) Área: em 1.000 hectares; 2) Outros: assentado sem titulação definitiva e produtor sem área.

No entanto, quando se considera a área ocupada pelos proprietários enquadrados como agricultores familiares, verifica-se que, além de deterem apenas 43% da área da categoria de proprietários, eles detinham aproximadamente 40% da área total. Enquanto isso, os agricultores classificados como não familiares, detendo apenas 14% dos estabelecimentos agropecuários da categoria proprietários, comandavam mais de 54% da área total.

A segunda categoria de produtores mais relevantes são os parceiros, respondendo por menos de 4% do total dos estabelecimentos agropecuários. Esta categoria é amplamente comandada pelos agricultores familiares, porém com quantidade de área pouca expressiva no contexto geral.

Os ocupantes detinham cerca de 3% do total dos estabelecimentos agropecuários, sendo a ampla maioria deles classificados como familiares. Da mesma forma que no caso anterior, os agricultores não familiares, mesmo sendo um número praticamente inexpressivo, detinham mais de 30% da área comandada por esta categoria.

A categoria de arrendatários é pouco expressiva no estado catarinense, não representando mais de 1% do total dos estabelecimentos agropecuários. A grande maioria desses arrendatários é classificada como familiar, chamando atenção que a área comandada pelos poucos arrendatários não familiares é praticamente a mesma daqueles enquadrados como familiares.

Finalmente, as categorias de assentados sem titulação definitiva e de produtores sem área respondiam por menos de 4% dos estabelecimentos, sendo amplamente dominadas pelos agricultores familiares. Ressalta-se que faz parte deste percentual os

agricultores assentados pelos programas de reforma agrária, os quais ainda não receberam a titulação definitiva de suas terras.

Utilizando-se apenas os tipos de agricultura praticados, nota-se que do total de estabelecimentos classificados como de agricultores familiares (168.544), em 88% deles prevalece a condição de proprietário, sendo pouco expressivas as demais categorias de produtores que atendem os requisitos de familiar. Já dentre os estabelecimentos enquadrados como não familiares, a categoria dos proprietários representava mais de 90% dos estabelecimentos.

A tabela 3 apresenta o tempo na direção dos estabelecimentos, segundo os diferentes tipos de agricultura. Inicialmente observa-se que a grande maioria dos produtores está na direção da propriedade de 10 anos e mais. Este intervalo de tempo na direção representa mais de 71% dos estabelecimentos agropecuários do estado. Se agregarmos a esse percentual os estabelecimentos com proprietários na direção entre 5 e 10 anos, seu valor sobe para 85% do total.

Tabela 3: Produtores na direção dos estabelecimentos agropecuários por tempo de direção, segundo os tipos de agricultura. SC, 2006.

Tempo de Direção	Tipos de Agricultura	Prod. na Direção (unid.)	% produtores
Menos de 1 ano	Familiar	3.066	1.6
	Não Familiar	567	0.3
	Total	3.633	2.0
De 1 a 5 anos	Familiar	20.985	11
	Não Familiar	3.613	2
	Total	24.598	13
De 5 a 10 anos	Familiar	23.512	12
	Não Familiar	3.818	2
	Total	27.329	14
De 10 anos e mais	Familiar	120.982	62
	Não Familiar	17.121	9
	Total	138.013	71
TOTAIS	Familiar	168.544	87
	Não Familiar	25.119	13
	Total	193.663	100

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006.

Isso significa que, por um lado, a maioria absoluta dos estabelecimentos agropecuários do estado permanece sob a direção de um mesmo produtor por um longo período de tempo e, por outro, não se verifica alterações expressivos neste quesito nos

períodos curtos, ou seja, de 0 a 5 anos. Esta informação é reveladora de quanto lento é o processo de mudança da estrutura fundiária, sendo poucos os novos produtores na direção dos estabelecimentos nos últimos 10 anos (exatamente o intervalo de tempo entre os dois censos agropecuários).

Uma análise específica da agricultura familiar revela que, apesar deste setor apresentar incremento no número de estabelecimentos com produtores na direção no intervalo de 0 a 5 anos, mais de 71% do total tem um tempo de direção de 10 anos e mais. Se a este percentual agregarmos os produtores com 5 e 10 anos de direção, seu valor sobe para 86%. Esses valores podem estar recolocando no debate a questão da transitoriedade de direção dos estabelecimentos, especialmente quando se nota que nos últimos anos foram poucos os novos produtores que assumiram a direção dos estabelecimentos. A este debate agregam-se também os temas da juventude rural e do próprio envelhecimento da população rural.

2.3 – Sobre o trabalho no setor agropecuário catarinense

A tabela 4 apresenta o total de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários por sexo, segundo o tipo de agricultura. Do total de ocupados em 31.12.2006 (571.516 pessoas), nada menos que 468.892 pessoas trabalhavam na agricultura familiar, representando 82% das pessoas economicamente ativas. Isso demonstra o grande peso e potencial do setor familiar na manutenção e geração de ocupações no meio rural catarinense.

Tabela 4: Pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários, total e por sexo, segundo os tipos de agricultura. SC, 2006.

Sexo	Tipos de Agricultura	Pessoas ocupadas	% dos ocupados
TOTAL	Familiar	468.892	82
	Não Familiar	102.624	18
	Total	571.516	100
HOMENS	Familiar	278.885	49
	Não Familiar	72.971	13
	Total	351.856	62
MULHERES	Familiar	190.007	33
	Não Familiar	29.653	5
	Total	219.660	38

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006.

Mesmo com o processo de eliminação de postos de trabalho rurais devido à mecanização de maior parte do processo produtivo, pode-se afirmar que a sustentação do nível de ocupação e emprego no meio rural catarinense depende da dinâmica da agricultura familiar. Isto porque a outra forma de agricultura presente no estado responde por apenas 18% da mão-de-obra ocupada no setor.

Um olhar sobre a temática do gênero revela a preponderância do trabalho dos homens no meio rural, uma vez que os mesmos respondiam por 62% do total de ocupados, ou seja, por mais de 351 mil pessoas. Quando se considera os distintos tipos de agricultura praticados, nota-se que no caso da agricultura familiar os homens respondiam por 59% da mão-de-obra deste setor, o que revela a maior importância da mulher neste setor de atividade.

Já no caso da agricultura não familiar os homens respondiam por 71% do total dos ocupados, revelando dois aspectos cruciais desta forma de produção: além de ocupar bem menos pessoas comparativamente à agricultura familiar, há menos espaço de trabalho para as mulheres trabalhadoras rurais.

2.4 – Sobre a produção agropecuária catarinense

A tabela 5 mostra a produção nos estabelecimentos e o valor da receita total segundo os diferentes tipos de agricultura. Inicialmente, deve-se registrar que apenas 155.780 estabelecimentos familiares declararam ter obtido alguma receita durante o ano de 2006, o que corresponde a 92% dos estabelecimentos familiares e 80% do total de estabelecimentos do estado. Já os 22.171 estabelecimentos não familiares que declararam ter obtido alguma renda no referido ano correspondiam a 88% dos estabelecimentos deste setor e 11% do total de estabelecimentos.

Os valores totais brutos de toda a produção de cada um dos tipos de agricultura praticados no estado revelam que a agricultura familiar era responsável, em 31.12.2006, por quase dois terços do valor bruto da produção. Este elevado percentual (68%) de participação da agricultura familiar na produção total espelha exatamente o desempenho de alguns indicadores já apresentados e comentados anteriormente.

Tabela 5: Número de estabelecimentos com produção e receita em 31.12, segundo o tipo de agricultura. SC, 2006

Tipos de Agricultura	Número de Estabelecimentos	% Estabelecimentos	Valor da Produção*	% do valor
Familiar	155.780	88	5.678	64
Não Familiar	22.171	22	3.195	36
TOTAL	177.951	100	8.873	100

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006. Nota: * em milhões de R\$.

Este aspecto, porém, é mais bem retratado pela tabela 6, a qual apresenta a participação da agricultura familiar na produção total para os principais produtos de origem animal e vegetal, destacando-se a expressiva participação de alguns produtos vegetais, como são os casos da mandioca, milho, arroz e feijão. Apenas nas culturas tipicamente dinamizadoras da modernização agrícola, como é o caso do binômio trigo-soja, a agricultura familiar catarinense tem participação minoritária.

Tabela 6: Participação da Agricultura Familiar na produção total, segundo os principais produtos agropecuários. SC, 2006.

Produtos	Número de Estabelecimentos	% da Produção Total
Arroz	6.959	64
Feijão	38.884	73
Mandioca	27.605	93
Milho	94712	77
Soja	7.389	30
Trigo	895	17
Bovinos*	129.254	65
Suínos*	73.715	67
Aves*	99.996	68
Leite	80.773	87

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006. Nota: * participação no número de cabeças

Na área animal verifica-se um elevado número de estabelecimentos familiares com presença de bovinos, suínos e aves, ao mesmo tempo em que o setor familiar respondia por 87% da produção de leite. Diferentemente de outras unidades da federação, como São Paulo e Minas Gerais, a produção leiteira em Santa Catarina está sendo dinamizada pela agricultura familiar, que desde seus primórdios vem mantendo a diversificação produtiva, tanto na esfera vegetal como animal.

2.5 – Sobre o financiamento da produção agropecuária

A tabela 7 apresenta o tema do financiamento da produção agropecuária, segundo os tipos de agricultura praticada. Inicialmente deve-se registrar que, do total dos estabelecimentos agropecuários do estado, apenas 37% deles obtiveram financiamento no ano de 2006, o que correspondia a pouco mais de 72 mil estabelecimentos. Do total de estabelecimentos que não financiaram a produção, a grande maioria (86%) foi de agricultores familiares.

Os estabelecimentos familiares que obtiveram financiamento da produção (64.692) representavam apenas 38% do total de estabelecimentos do setor familiar e 33% do total de estabelecimentos do estado. Já esses percentuais para o setor não familiar foram de 30% e 4%, respectivamente.

Tabela 7: Número de estabelecimentos agropecuários que obtiveram e não obtiveram financiamento da produção, segundo os tipos de agricultura. SC, 2006.

Tipos de Agricultura	N. de Estabel. com Financiamentos	% de Estab. com Fin.	N. de Estabel. sem Financiamentos	% Estab. sem Fin.
Familiar	64.692	90	103.844	86
Não Familiar	7.533	10	17.578	14
Total	72.225	100	121.422	100

Fonte: Censo Agropecuário. IBGE, 2006.

Essas informações, especialmente do setor familiar, colocam em debate a questão do papel do financiamento da produção, especialmente do crédito rural. Este tema foi uma das principais bandeiras de luta das organizações da agricultura familiar nas últimas décadas, culminando na criação, em 1996, do PRONAF. Este programa tem por objetivo destinar crédito rural a custos acessíveis exclusivamente para os agricultores familiares.

O questionário do Censo permite identificar a finalidade do financiamento, bem como os motivos para a não obtenção do mesmo. No primeiro caso, verifica-se que a grande maioria dos agricultores (familiares ou não) que fizeram financiamento utilizou o crédito de custeio, sendo ínfima a quantidade de agricultores que utilizou a modalidade de investimento. Esse é um importante indicador a ser considerado na

perspectiva de futuro do setor familiar, uma vez que um baixo nível de investimentos poderá comprometer a produtividade do mesmo num curto período de tempo.

Quanto aos motivos que levaram a não obtenção de financiamentos é importante analisar as respostas dos agricultores familiares. Do total de estabelecimentos que não contraíram financiamentos (103.844), 76% deles, ou seja, 78.546 estabelecimentos, não o fizeram por não necessitar de apoio creditício. Outros 10.836 estabelecimentos (10%) não fizeram financiamento por medo de contrair dívidas. Finalmente 5.600 estabelecimentos (5%) não obtiveram financiamento devido à burocracia bancária. Os motivos dos 9% restantes que não contraíram financiamento dizem respeito à falta de garantia pessoal (1%), falta de pagamento do empréstimo anterior (2%) e outros motivos não declarados (6%).

Uma análise geral dessas informações permite levantar a hipótese de que a agricultura familiar catarinense, pelo menos em termos de reprodução das safras agrícolas, está relativamente estável, não necessitando de apoio dos programas de crédito para manter o sistema produtivo em operação.

3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

As informações apresentadas ao longo deste texto revelam uma nova realidade da agricultura familiar no estado de Santa Catarina que, sabidamente, é conhecido como uma das unidades da federação com maior potencial produtivo deste setor. Embora sem apresentar dados comparativos em relação aos censos anteriores, é possível afirmar sem margem de erro que a agricultura familiar é a grande responsável pela atual dinamização do setor rural catarinense.

Esta afirmação se ampara na expressiva participação dos estabelecimentos agropecuários familiares no total estadual, tanto em termos numéricos como no volume de ocupações e da produção agropecuária. Todavia, quando se olha para a estrutura agrária, nem tudo é tão perfeito. Isto porque, mesmo que Santa Catarina apresente uma das mais baixas taxas de concentração de terra do país, o índice de Gini, situado no patamar de 0.682, além de ser elevado, permaneceu praticamente idêntico ao verificado no Censo Agropecuário de 1985. Isso sugere que os programas de reforma agrária

implementados entre esses dois intervalos censitários (1985-2006) tiveram pouco efeitos sobre a estrutura agrária do estado, no sentido de tornar a propriedade da terra mais igualitária.

Nas questões relativas aos agricultores, além do censo confirmar algo já conhecido, ou seja, a hegemonia da categoria dos proprietários rurais, o aspecto do tempo na direção dos estabelecimentos merece ser destacado. Assim, verificou-se que, tanto na agricultura familiar como na não familiar, a grande maioria dos estabelecimentos tem proprietários em sua direção por 10 anos e mais, o que dá uma relativa estabilidade aos mesmos, evitando-se a rotatividade na direção desses estabelecimentos em intervalos de tempo bastante curtos.

Outro aspecto reafirmado pelo Censo Agropecuário de 2006 foi a importante contribuição da agricultura familiar na ocupação rural, sendo este setor responsável pela maioria absoluta das pessoas ocupadas. Todavia, deve-se registrar que o modelo rural catarinense, embasado nas unidades familiares de produção, sendo parte delas integradas aos grandes complexos agroindustriais e/ou com produção em pequena escala, já não dá mais conta de manter a ocupação de todas as pessoas das famílias. Isso leva a um processo contínuo de deslocamentos populacionais das áreas rurais em direção aos centros urbanos e/ou a outras unidades da federação, especialmente por parte dos jovens.

Mas é, sem dúvida, na esfera produtiva que os dados do novo censo revelam a grande contribuição da agricultura familiar. Além de ser responsável por mais de 60% do valor da produção, destaca-se o peso deste sistema produtivo na maioria dos produtos vegetais (arroz, feijão, mandioca e milho), bem como no rebanho animal e na produção leiteira, atingindo 87% do total de leite produzido no estado.

Talvez este impressionante dinamismo da agricultura familiar seja responsável por um fato curioso revelado pelo censo de 2006: 62% dos estabelecimentos familiares não obtiveram financiamento da produção, sendo que para a maioria absoluta desses estabelecimentos não foi necessário recorrer ao sistema de crédito.

Este fato é revelador de um período histórico, uma vez que no passado recente uma das principais bandeiras de luta das organizações dos agricultores familiares era

justamente a oferta, por parte do Governo Federal, de crédito rural a custos acessíveis a esse setor que tradicionalmente havia sido marginalizado pela política agrícola.

Obviamente que nem tudo são flores nas lavouras familiares catarinenses, persistindo alguns desafios estruturais. Vencido o desafio de ter se firmado social e economicamente perante o conjunto da sociedade, enquanto setor essencial nos rumos do projeto de desenvolvimento do país, outros desafios precisam ser enfrentados. Por um lado, os agricultores familiares precisam se reafirmar politicamente para, em conjunto com outros segmentos da sociedade, forçar a adoção de uma estratégia de desenvolvimento baseada na eliminação das desigualdades sociais e regionais, visando a garantia efetiva dos direitos sociais, políticos e culturais de todos. Por outro, é preciso incorporar à agenda deste setor com a força necessária a temática ambiental, enquanto questão decisiva na construção de um modelo de desenvolvimento sustentável. Para tanto, produzir alimentos saudáveis e de qualidade; manejar adequadamente os recursos naturais, bem como adotar tecnologias que não destroem os ecossistemas, são algumas das premissas colocadas para a agricultura familiar catarinense no limiar do século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GALVÃO DE FRANÇA, Caio et al. O censo agropecuário 2006 e a agricultura familiar no Brasil. Brasília: MDA, 2009.

GUANZIROLI, Carlos et al. Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília: MPOG, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Agricultura Familiar, primeiros resultados. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Brasília: MPOG, 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Nota Técnica. WWW.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas Consultado entre 13.02 e 15.02.2010.

MATTEI, L. Novas dimensões socioeconômicas do espaço rural brasileiro. Revista Econômica do Nordeste, v.37, p.95-105, 2006.